

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 3



Atena
Editora

Ano 2019

Bianca Camargo Martins

(Organizadora)

O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 3

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E78 O essencial da arquitetura e urbanismo 3 [recurso eletrônico] /
Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (SP):
Atena Editora, 2019. – (O Essencial da Arquitetura e Urbanismo;
v. 3)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-2654
DOI 10.22533/at.ed.654191704

1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Martins,
Bianca Camargo. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Nos dias de hoje, é muito discutido o papel social da Arquitetura e do Urbanismo. Por muitos anos, o papel social foi interpretado apenas como a arquitetura específica para as camadas populacionais de menor renda, sem acesso ao mercado formal de moradias – e de arquitetura. Porém, com a crise urbana em que vivemos atualmente, onde grandes parcelas da população não tem acesso às “benesses” do espaço urbano, essa discussão voltou à tona.

Muito mais do que levar a arquitetura para os mais necessitados, devemos reinventar nossa prática profissional para sermos os agentes transformadores da sociedade atual e enfrentarmos os desafios, sociais, políticos e econômicos que estamos vivenciando diariamente em nossas cidades.

Esta edição de “O Essencial de Arquitetura e Urbanismo 2” apresenta experiências das mais diversas áreas da arquitetura e urbanismo, como: arquitetura, ensino, conforto ambiental, paisagismo, preservação do patrimônio cultural, planejamento urbano e tecnologia. Assim, busca trazer ao leitor novos conceitos e novas reflexões para a prática da arquitetura e do urbanismo.

Neste contexto, é abordada desde as metodologias pedagógicas ativas a serem utilizadas no ambiente escolar até a compatibilização de projetos com o uso da Metodologia BIM (Building Information Modeling). A acessibilidade é abordada a partir de diversas perspectivas: desde um edifício isolado até a acessibilidade de uma cidade, evidenciando a importância da discussão nos dias de hoje. Cabe destacar também os estudos de análise de edificações culturais e de cenografia de exposições e performances. A relação da cidade com o seu patrimônio cultural é tratada em diversos capítulos, desde a gestão patrimonial até a utilização de cemitérios como espaços de memória – uma iniciativa prática que demonstra que a arquitetura, assim como a cultura, está em todos os lugares. Dou ênfase também à importância dada ao patrimônio imaterial, tema de extrema relevância e que é, muitas vezes, desvalorizado pelo poder público.

A discussão sobre a dinâmica dos espaços urbanos é extensa e deveras frutífera. Nesta edição, os capítulos focam na importância da arborização urbana para o bem estar da população, na participação popular nas discussões sobre a cidade, na problemática da existência de vazios urbanos em áreas urbanas consolidadas, nas estratégias de *city marketing*, na cidade global e demais temas que comprovam a multiplicidade de questões e formas de análise que envolvem a discussão sobre a vida urbana.

Por fim, são apresentados estudos sobre novas tecnologias e materiais voltados ao desenvolvimento sustentável, especialmente no tocante à gestão de resíduos da construção civil e à mitigação de riscos e desastres.

Convido você a aperfeiçoar seus conhecimentos e refletir com os temas aqui abordados. Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PRESERVAÇÃO E RUÍNA UMA BREVE LEITURA DOS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA A PARTIR DO SKYLINE DA CIDADE DE SALVADOR	
Ana Licks Almeida Ariadne Moraes Silva Márcia Maria Couto Mello	
DOI 10.22533/at.ed.6541917041	
CAPÍTULO 2	18
ESTUDO METODOLÓGICO DE REABILITAÇÃO URBANA: A DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS PARA CIDADE DE JOINVILLE-SC	
Maria Luiza Daniel Bonett Raquel Weiss	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042	
CAPÍTULO 3	39
QUARTA NATUREZA : UMA NOVA PAUTA NO PROJETO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
Simone Back Prochnow Silvio Belmonte de Abreu Filho	
DOI 10.22533/at.ed.6541917043	
CAPÍTULO 4	54
ANÁLISE COMPARATIVA SEGUNDO AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE ENTRE A OCUPAÇÃO DAS CHÁCARAS SANTA LUZIA E A PROPOSTA PARA HABITAÇÃO SOCIAL DO GOVERNO DE BRASÍLIA	
Julia Cristina Bueno Miranda Liza Maria Souza de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.6541917044	
CAPÍTULO 5	73
CONFORTO TÉRMICO EM ESPAÇOS ABERTOS: O ESTADO DA ARTE DO <i>UNIVERSAL THERMAL CLIMATE INDEX - UTCI</i> NO BRASIL	
Thiago José Vieira Silva Simone Queiroz da Silveira Hirashima	
DOI 10.22533/at.ed.6541917045	
CAPÍTULO 6	83
PERCEPÇÃO DA ARBORIZAÇÃO URBANA DA CIDADE DE CALÇADO- PE, ATRAVÉS DE REGISTROS FOTOGRÁFICOS DE 1988 AOS DIAS ATUAIS	
Raí Vinícius Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6541917046	
CAPÍTULO 7	95
PARQUE MACAMBIRA-ANICUNS: A CIDADE NO URBANO?	
Wilton de Araujo Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.6541917047	

CAPÍTULO 8	101
VAZIOS URBANOS NA CIDADE: A PRAÇA LEVI COELHO DA ROCHA	
Renata Bacelar Teixeira Sidney Diniz Silva Renata Silva Cirino	
DOI 10.22533/at.ed.6541917048	
CAPÍTULO 9	117
ESPAÇOS LIVRES NO TÉRREO DE UM CORREDOR URBANO	
Adilson Costa Macedo Jessica Lorellay Cuscan Guidoti	
DOI 10.22533/at.ed.6541917049	
CAPÍTULO 10	137
OCUPANDO O CAMPUS: INTERDISCIPLINARIDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS NO ESPAÇO DA CIDADE	
Renata Bacelar Teixeira Ednei Soares Talita Queiroga	
DOI 10.22533/at.ed.65419170410	
CAPÍTULO 11	153
INSURGÊNCIAS URBANAS E FEMININAS COMO PRÁTICAS CORRELATAS PARA RESISTÊNCIA TERRITORIAL	
Carolina Guida Cardoso do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.65419170411	
CAPÍTULO 12	168
PARTICIPAÇÃO E ESPAÇO PÚBLICO: O PROCESSO DE DIÁLOGO SOBRE O “BERLINER MITTE” EM BERLIM	
César Henriques Matos e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.65419170412	
CAPÍTULO 13	184
REGULAMENTAÇÃO DAS ZEIS EM FORTALEZA: ASSESSORIA TÉCNICA E MOBILIZAÇÃO POPULAR	
Gabriela de Azevedo Marques Marcela Monteiro dos Santos Thais Oliveira Ponte	
DOI 10.22533/at.ed.65419170413	
CAPÍTULO 14	200
ANÁLISE DAS HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ/SP APÓS A EXTINÇÃO DO BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO (BNH)	
Janayna Priscilla Vieira Guimarães Pedro Renan Debiazi	
DOI 10.22533/at.ed.65419170414	

CAPÍTULO 15	208
ACESSIBILIDADE PARA IDOSOS EM ÁREA LIVRE PÚBLICA DE LAZER	
Herena Marina Schüler	
Jessie Tuani Caetano Cardoso	
Isabela Fernandes Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.65419170415	
CAPÍTULO 16	221
A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DA ACESSIBILIDADE NOS PLANOS URBANOS E DE MOBILIDADE	
Juan Pedro Moreno Delgado	
Jamile de Brito Lima	
Liniker de Jesus Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.65419170416	
CAPÍTULO 17	234
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE: ANÁLISE DE TRÊS ESPAÇOS LIVRES DE CIRCULAÇÃO EM SANTA MARIA – RS	
Zamara Ritter Balestrin,	
Alice Rodrigues Lautert	
Luis Guilherme Aita Pippi	
DOI 10.22533/at.ed.65419170417	
CAPÍTULO 18	252
GERENCIAMENTO DE PROJETOS COMO INSTRUMENTO NA CONSTRUÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA	
Samira Alves dos Santos	
Emmanuel Paiva de Andrade	
Carina Zamberlan Flores	
DOI 10.22533/at.ed.65419170418	
CAPÍTULO 19	268
A “CIDADE GLOBAL” E A PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA: ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO RESIDENCIAL NO QUADRANTE SUDOESTE DE SÃO PAULO DE 2008 A 2017	
Isabela Baracat de Almeida	
Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.65419170419	
CAPÍTULO 20	281
A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA COMO ESTRATÉGIA DE CITY MARKETING	
Tarciso Binoti Simas	
Sônia Le Cocq d’Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.65419170420	
CAPÍTULO 21	297
A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E O DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES: O POTENCIAL DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO GERENCIAMENTO DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS	
Roberta Betania Ferreira Squaiella	
Roberto Righi	
Maria Victoria Marchelli	
DOI 10.22533/at.ed.65419170421	

CAPÍTULO 22	312
NOVOS CONCEITOS X ANTIGOS PROBLEMAS: AS CIDADES INTELIGENTES E A INFORMALIDADE URBANA	
Giselle Carvalho Leal Rafael Soares Simão Adriana Marques Rossetto	
DOI 10.22533/at.ed.65419170422	
CAPÍTULO 23	327
PODERES PÚBLICOS MUNICIPAIS E AEROPORTOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO URBANO BRASILEIRO: UM PANORAMA PARCIAL, DE 2006 A 2017	
Paulo Sergio Ramos Pinto Marcos Thadeu Queiroz Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.65419170423	
CAPÍTULO 24	350
URBANISMO RURAL, UMA UTOPIA NÃO REALIZADA	
Giselle Fernandes de Pinho Evandro Ziggianti Monteiro Silvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina	
DOI 10.22533/at.ed.65419170424	
CAPÍTULO 25	366
COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS COM METODOLOGIA BIM EM PERSPECTIVA: ESTUDO DE CASO DA APLICAÇÃO EM UM EDIFÍCIO REAL	
Eveline Nunes Possignolo Costa Geraldo Donizetti de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.65419170425	
CAPÍTULO 26	374
COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETO DE INSTALAÇÕES: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O MÉTODO TRADICIONAL (2D) E A FERRAMENTA BIM	
Figueiredo, L. L. H., Mariano, L. N. Neto, L. S. C. Resende, L. G. S.	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042126	
CAPÍTULO 27	382
ANÁLISE DAS EQUAÇÕES UTILIZADAS PARA O DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO CONFORME NBR 7229 E NBR 13969	
Mario Tachini Abrahão Bernardo Rohden Renan Guimarães Pires Spernau	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042127	

CAPÍTULO 28	391
DESENVOLVIMENTO DE PLANILHA ELETRÔNICA PARA CÁLCULO DE ISOLAMENTO ACÚSTICO POR VIA AÉREA CONSIDERANDO A ENERGIA LATERAL	
Rafaela Benan Zara Paulo Fernando Soares	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042128	
CAPÍTULO 29	405
VALORES DE REFERÊNCIA PARA AS CLASSES DE RUÍDO PREVISTAS NA NORMA NBR 15575	
Brito, A. C. Sales, E. M. Aquilino, M. M. Akutsu, M.	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042129	
CAPÍTULO 30	411
OCORRÊNCIA DE BOLORES EM EDIFICAÇÕES: ESTUDO DE CASO EM HABITAÇÕES CONSTRUÍDAS COM PAREDES DE CONCRETO	
Thiago Martin Afonso Adriana Camargo de Brito Maria Akutsu	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042130	
CAPÍTULO 31	426
DESEMPENHO HIGROTÉRMICO DE PAREDES DE FACHADA POR MEIO DE SIMULAÇÃO COMPUTACIONAL – ESTUDOS DE CASO	
Alexandre Cordeiro dos Santos Luciana Alves de Oliveira Osmar Hamilton Becere Júlio Cesar Sabatini de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042131	
CAPÍTULO 32	437
ADIÇÃO DE EVA E VERMICULITA EM ARGAMASSAS DE REVESTIMENTO: ANÁLISE DO DESEMPENHO TÉRMICO	
Francisco Ygor Moreira Menezes Sara Jamille Marques de Souza Felipe Fernandes Gonçalves Dielho Mariano Dantas de Moura Cicero Joelson Vieira Silva Robson Arruda dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042132	
CAPÍTULO 33	448
ANÁLISE DOS REQUISITOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA FILOSOFIA LEAN GREEN CONSTRUCTION EM EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES DE PEQUENO PORTE	
Dayana Silva Moreira Gontijo Jhonvaldo de Carvalho Santana Andreia Alves do Prado	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042133	

CAPÍTULO 34	462
ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO MODELO LEAN CONSTRUCTION EM CANTEIROS DE OBRAS RODOVIÁRIAS: ESTUDO DE CAMPO EM TRECHO DA BR 158	
Taíme da Cruz Oroski José Ilo Pereira Filho	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042134	
CAPÍTULO 35	469
APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE PERDAS E DANOS (D _A LA) NO BAIRRO VILA AMÉRICA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ	
Tazio Guilherme Leme Cavalheiro Viadana Fernando Rocha Nogueira Alex Kenya Abiko	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042135	
CAPÍTULO 36	479
APLICAÇÃO DE CONCRETO PERMEÁVEL PARA A MITIGAÇÃO DE RISCOS DE DESASTRES	
Loyane Luma Sousa Xavier Rafaela Cristina Amaral Abrahão Bernardo Rohden Esequiel Fernandes Teixeira Mesquita	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042136	
CAPÍTULO 37	494
ANÁLISE DA VIABILIDADE NA UTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS ORIUNDOS DA INDÚSTRIA CALÇADISTA DE FRANCA/SP NA CONFECÇÃO DE BLOCOS DE VEDAÇÃO	
Fabiana Andresa da Silva Victor José dos Santos Baldan Javier Mazariegos Pablos	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042137	
CAPÍTULO 38	508
ANÁLISE DOS ÍNDICES FÍSICOS DA CINZA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DA AREIA NATURAL	
Luana Cechin Marcio Leandro Consul de Oliveira Mariane Arruda Martins Olaf Graupmann	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042138	
SOBRE A ORGANIZADORA	516

CAPÍTULO 1

PRESERVAÇÃO E RUÍNA UMA BREVE LEITURA DOS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA A PARTIR DO SKYLINE DA CIDADE DE SALVADOR

Ana Licks Almeida

Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS)
Salvador/Bahia

Ariadne Moraes Silva

Professora da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia UFBA e Pesquisadora Associada do PPGAU/FAUFBA
Salvador/Bahia

Márcia Maria Couto Mello

Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS)
Salvador/Bahia

RESUMO: Este estudo, que tem por base uma pesquisa iniciada no âmbito do PPGAU/FAUFBA, na área de concentração em Conservação e Restauro, integrando a linha de pesquisa História da Cidade e do Urbanismo, atualmente tem suas reflexões ampliadas na linha de pesquisa Urbanidade, Territorialidade e Imagem (UNIFACS/PPDRU/CIDURB). Propõe-se aqui discutir a singularidade do frontispício de Salvador, relevante conjunto arquitetônico, cultural e paisagístico que apresentou a principal imagem da cidade por muitos séculos. Considerado como um dos mais significativos elementos identitários da própria paisagem

do Centro Antigo, é referencial simbólico ao demarcar a *skyline* da cidade, entanto, uma série de transformações ao longo do tempo, resultantes dos mais diferentes processos de apropriação através dos impactos gerados por empreendimentos imobiliários ou por via políticas institucionais de conservação patrimoniais, exigem uma leitura que funcione como um dispositivo para a compreensão dos parâmetros socioespaciais da produção desse território: identificando os vestígios conservados, os fragmentos, os marcos referenciais, os mecanismos de vulnerabilidade, os processos de uso e ocupação desde o período colonial, as permanências, os conflitos e as coexistências.

PALAVRAS-CHAVE: paisagem urbana; skyline; vulnerabilidade; patrimonialização.

PRESERVATION AND RUIN

A BRIEF VIEW OF THE URBAN MUTATIONS PROCESSES - FROM SALVADOR CITY SKYLINE

ABSTRACT: This essay, which has its core based upon a research (on the field of conservation and restoration) endeavored by PPGAU/FAUFBA, integrating the way of History of the City and Urbanism research, in turn, has its ideas on urbanity, image and territoriality somewhat, improved. Here, we propose to

discuss the peculiarity of Salvador's front view, a rather relevant architecture that has been portrayed as the main city landscape for many centuries. Considered as one of the most representative elements of the old city center, it is also the symbolic reference that draws the city skyline. Therefore, a series of mutation throughout time (as a consequence from many appropriation processes caused by real state corporations or via political patrimony regulations), demand actions to enable the understanding of those social/spatial parameters: identifying debris, fragments, the landmark references, the vulnerability mechanisms, the occupation processes (that has taken place since the colonial period), the permanence, the conflicts and the coexistences.

KEYWORDS: urban landscape; skyline; vulnerability; patrimony.

1 | INTRODUÇÃO

Breve histórico da escarpa e a sua importância para a imagem da cidade

Acidentes geográficos confirmaram aos portugueses o espaço estrategicamente seguro e propício à implantação da primeira cidade na colônia. O objetivo da criação de uma sede para o Governo Geral do Brasil era centralizar o comando militar, administrativo, fazendário e judiciário de toda colônia, abandonando-se definitivamente a tentativa de colonização descentralizada pelo sistema de capitanias hereditárias. (SANTOS, 2001)

Não só pelas condições náuticas favoráveis a um porto natural: baía larga, profunda e tranquila, ideal para ancorar com segurança as caravelas e naus; uma imensa escarpa, com aproximadamente 60 metros de altura, originada pó ruma falha geodésica da própria baía, que proporcionava uma situação estratégica, tanto na defesa da cidade por terra ou mar contra possíveis ataques dos índios ou de estrangeiros, como no controle dos demais pontos da costa, por ser um ponto equidistante entre o norte e o sul do litoral brasileiro, e, por conseguinte, parada obrigatória ao tráfego marítimo continental e intercontinental entre a Metrópole e as suas colônias. (PINHEIRO, 2002, p. 181)

Oferecido pela geografia, conforme cita Simas Filho (1982; 1998), o frontispício natural que divide Salvador em dois níveis denominados Cidade Alta e Cidade Baixa, foi amplamente explorado pela sua representatividade, desde os primeiros mapas cartográficos da cidade de Salvador. Na figura 1, observa-se a mais antiga imagem da cidade iconografada, no atlas do *Livro que Dá Razão ao Estado do Brazil*. Segundo Santos (2001) e Câmara (1989), teria sido essa a primeira “*cartografia original de Salvador*”, utilizada como ponto de partida para demonstrar a evolução física do espaço.



Figura 1: Pranta da Cidade D. Salvador na Bahia de Todos os Santos (1605)

Fonte: Reis Filho (2000, p.18 e 309)

É possível observar na representação esquemática (fig. 1), às margens da Baía de Todos os Santos, uma pequena e única faixa de terra com casas construídas exatamente na atual zona portuária, registrando, portanto, onde se formou um núcleo embrionário para a cidade, além do traçado que lhe foi estipulado no seu projeto urbano.

Das muitas das imagens cartográficas, produzidas em séculos passados da Cidade do Salvador, quase todas realçam o frontispício em proporção de grandeza, pois foram produzidas na Europa, por profissionais que jamais pisaram no solo brasileiro. (REIS FILHO, 2000, p.18; 56); (RAHY, 2002, p.16; 71-87; 94 -106). Em registros cartográficos ou fotográficos, quando o tema é a zona portuária de Salvador, o frontispício se mantém ao longo dos séculos como uma visada de destaque, conforme demonstra a fotografia datada de 1860 (fig. 2). Para Mello (2004), trata-se de uma imagem iconográfica curiosa pelo fato de nela já estar montado o cenário iconológico da cidade – a *skyline* – composta na Cidade Baixa de vários prédios, entre os quais: a *Igreja Basílica de Nossa Senhora da Conceição da Praia*; o antigo *Mercado Modelo* (destruído num incêndio); o prédio da *Alfândega* (em construção, atual Mercado Modelo) e algumas edificações do *Cais das Amarras* (ainda à beira-mar, antes dos grandes aterros).

Ao expor uma diversidade de informações na leitura paisagística do ambiente, gerada pelos seus elementos de composição – arquitetônicos, estéticos, iconológicos –, fica assegurada à escarpa uma capacidade ímpar de expressão visual, demonstrada pelo impacto que deu à ‘vista da cidade’, a qual poderá permanecer eternamente registrada na memória daqueles que a observaram. (MELLO, 2004)



Figura 2: Vista panorâmica do frontispício de Salvador (anos de 1860)

Fonte: MELLO (2004, p. 167)

Esse impacto visual pode ser compreendido como um fenômeno do universo imagético que se cristalizou através dos séculos, pois, em 1865, já ficou implícita essa capacidade representativa por meio da citação que se refere ao espaço em que a cidade se descortinava: *“Quando se chega pela primeira vez à América do Sul, é na Bahia que se deve aportar. Nenhuma outra cidade exprime em tão alto grau o caráter, reproduz tão visivelmente a fisionomia e traz consigo da forma mais frisante a marca danação a que pertence”* (RODOLPHE, Jean Louis; AGASSIZ, Elizabeth Cabot, 1865 *apud* PEÑA, 1994, ap. IV).

Ao adentrarem a Baía de Todos os Santos, os viajantes oitocentistas se impressionavam com a beleza natural da escarpa, capaz de identificar, de forma exclusiva e imediata, a imagem da cidade. A topografia que privilegiava a defesa, associada à sedução inevitável da sua paisagem, fez da baía e desta escarpa que a contorna, a mais completa representação iconográfica, ainda hoje a *skyline* que assina a Cidade do Salvador. Todavia, não se pode dizer que ao travarem os primeiros contatos físicos com a cidade os comentários elogiosos sobre o exótico e o pitoresco se mantinham. Apesar disso, foram esses relatos que registraram as mudanças ocorridas no cenário urbano, durante o século XIX, e informaram sobre a vida do cidadão soteropolitano, interligando-o, as demais questões que construíram uma história para a cidade e para o Brasil. (TAVARES, 2001, p. 216)

Com base nas informações arroladas por Peña (1994, ap. IV) sobre os relatos dos viajantes estrangeiros oitocentistas, é possível entender a harmonia visual entre a falésia e o que, por sobre ela, estava disposto, desde os grandes monumentos às edificações mais singulares, construindo a ‘vista panorâmica da Cidade do Salvador’ na virada do século XIX. Percebe-se um encantamento através de alguns detalhes que foram descritos pelos viajantes, como as cores claras das fachadas antigas das casas que pareciam *“escalonar as ladeiras”*, estando *“anfitiatralmente dispostas”*. É possível construir mentalmente, a imagem das casas brancas ou em tons pastéis, cobertas com telhados vermelhos-barrentos oriundos do barro do próprio solo, as quais realçavam por entre os vários e fortes tons de verde, típicos da vegetação nativa da

Mata Atlântica. Entre bananeiras e palmeiras, surgiam as imponentes torres alvas das igrejas barrocas, em contraste harmônico com o azul intenso e irradiante do céu tropical de um clima quente-úmido, e o azul límpido do Oceano Atlântico. Inevitavelmente, esta paisagem conquistava o olhar dos viajantes, enquanto faziam o primeiro contato com a terra, após os longos e demorados cruzeiros transoceânicos – comuns àquela época – em que a vista só alcançava o céu, a linha do horizonte e o mar. (MELLO, 2004)

Descrevendo a escarpa, também ficaram registrados relatos históricos de personalidades como Charles Darwin: “[...] *várias qualidades de árvores majestosas [...] nos trópicos não se perdeu a exuberância selvática da natureza [...] pois a vegetação natural ultrapassa muitíssimo, pelos efeitos pitorescos, a obra artificial do homem*” (DARWIN 1832-6 *apud* PEÑA, 1994, ap. IV). Contudo, seria impossível construir uma cidade sem interferir diretamente no meio ambiente. A possibilidade de construí-la harmonicamente com a paisagem natural é o grande desafio do arquiteto, evitando uma total desconstrução do cenário geográfico, pois serão essas características particulares que sustentarão a mais forte imagem iconológica urbana. O valor iconológico do frontispício na paisagem da Cidade Baixa pode ser reconhecido, inclusive, por ter se tornado uma fonte para vários pesquisadores, que o abordam de forma técnica e o descrevem, considerando seus múltiplos aspectos sobre as questões sociais, históricas e urbanas, no que tange ao processo de evolução da cidade.

Ao se observar a imagem da figura 3, registrada fotograficamente na primeira década do século XX, é possível comprovar a importância dos ícones arquitetônicos parciais, mesmo quando percebidos de forma conjunta, pois, desde que inserido o elevador, a imagem do frontispício assume toda uma identidade particular e única da Cidade do Salvador.



Figura 3: Elevador da Conceição e vista do frontispício (anos 1910)

Fonte: MELLO (2004, p. 197)

A figura 3 ainda permite uma leitura histórica do frontispício, embora ele já estivesse sendo transformado, ao informar sobre um jogo de contrastes curiosamente harmonioso. Na análise de Mello (20014), todos os elementos se integram às outras construções em estilo eclético vistas na Cidade Alta (onde instalaram-se a administração,

residências da elite e da classe trabalhadora soteropolitana, obras assistenciais, igrejas, praças, centros de lazer, escolas e academias): os arcos, abalaustrada, a fachada lateral do Palácio do Governo, a ponta da torre do prédio da *Câmara dos Vereadores*, de leitura medieval, o muro de contenção da *Ladeira da Montanha*, construído em pedras, permitindo visualizar os dois níveis da cidade em um só. E, enquanto isso tudo é percebido, o monumento central da imagem ainda concentra sobre si o olhar do observador, confirmando, assim, seu potencial iconológico e iconográfico.

Antagônica, em relação à Cidade Alta a zona portuária foi descrita de forma particular pelos viajantes oitocentistas que nesse espaço desembarcaram, pois teve a sua beleza natural e a das suas edificações, reconhecida e ressaltada pela imponência; entretanto nada sobrepôs o forte impacto causado, nem pela imundice, nem pelo excêntrico. Ao desembarcarem, parecia inevitável abordarem as questões de salubridade (ver nota 2) que os impressionava bastante. Contudo, ato comum e fundamental à análise de qualquer construção imagética, é identificar e compreender, inclusive, a partir de análise contextual, a intencionalidade que está por trás do autor. Nesse caso, uma abordagem crítica a estes relatos cheios de fantasias e exageros, que promoveram os viajantes a heróis, ao construir uma imagem de cidade imunda para Salvador, foi indispensável, pois, por mais abundantes que sejam, e, aparentemente coerentes, enquanto concordantes entre si, estarão sempre ocultando interesses individuais e coletivos, naturais e inevitáveis a todo e qualquer processo imagético construtivo.

Nessa paisagem, única porta da cidade por muitos séculos, área tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), cabe comentar que trata-se de um espaço que é denominado por 'Centro Histórico tombado', onde alguns monumentos de valor arquitetônico e histórico, indiscutíveis ícones isolados, importantes ícones da cidade, como o Elevador Lacerda, não constituem monumentos tombados individualmente. Apenas fazem parte do conjunto, o que indica estarem protegidos apenas de forma parcial. (AZEVEDO e LIMA, 1975). Convém ressaltar que a presença desse sofisticado meio de transporte vertical em um dos pontos mais importantes da cidade, entendido na leitura iconográfica como símbolo do progresso e do desenvolvimento tecnológico construiu, para a cidade, uma imagem indissociável da modernidade na virada do século XIX.

2 | ENTRE AS CIDADES ALTA E BAIXA

2.1 As famigeradas ladeiras do Centro Histórico de Salvador

Tombado pela UNESCO como patrimônio mundial em 1985, o Centro Histórico de Salvador compreende uma área de 0,78 km² que representa a primeira configuração urbana construída no Brasil partir de cidade-fortaleza até meados do século XVI (ver figura 4). No século XVIII, o escritor português Luiz Vilhena (1969) já registrava um

total de sete ladeiras entre as Cidades Baixa e Alta: Ladeira da Preguiça, Ladeira da Conceição, Ladeira da Misericórdia, Ladeira do Taboão, Ladeira do Pilar, Ladeira da Água de Meninos e a Ladeira do Canto da Cruz.

Da Cidade Alta era possível realizar a observação permanente da entrada da Baía de Todos os Santos, com objetivo de resguardar e dificultar o acesso de invasores. A escarpa da falha geológica de Salvador, de aproximadamente 60 (sessenta) metros de altura, possibilitava a divisão da cidade em dois platôs e, ao mesmo tempo, separava as seguintes atividades: na cumeada, a Cidade Alta se consolidaria em local de moradia, do comércio a varejo e das atividades políticas administrativas. Na base da encosta, a Cidade Baixa, se configurava como um local onde se desenvolviam trabalhos mais pesados, do comércio por atacado e das intensas atividades portuárias, constituindo-se, a partir de seu caráter logístico, como porto de abastecimento para as frotas portuguesas

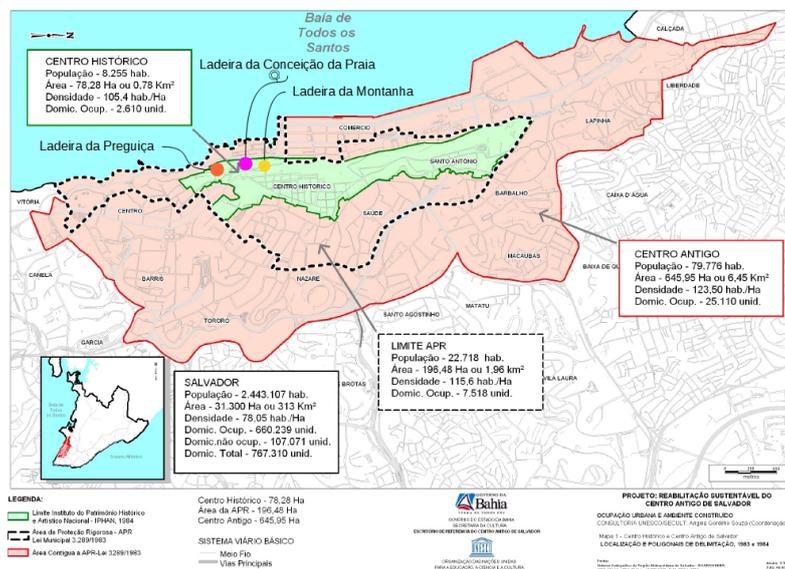


Figura 4: Mapa do Centro Histórico e Poligonais de Delimitação

Fonte: <http://www.centroantigo.ba.gov.br>

Essa é uma particularidade da Cidade Baixa que, mesmo tendo se expandido, nunca abandonou as características originais de uma zona portuária. Na sua paisagem estava preservada a mais perfeita e completa imagem da cidade, percebida desde quando a baía foi descoberta e a cidade foi fundada. Apesar da expansão urbana nas últimas décadas ter direcionado o foco das atenções para outras zonas, e das transformações físicas radicais que sofreu ao longo dos séculos, a área do porto ainda se mantém absoluta, acolhendo os elementos identificadores – os verdadeiros ícones parciais mais importantes da cidade, como a vista da falésia que divide a cidade da Baía de Todos os Santos. É um espaço capaz de representar o mais completo ícone urbano, seja pelo seu conjunto, ou, pelos seus elementos iconológicos isolados, enquanto ícones plenos ou parciais.

Sob uma visão urbanística, Pinheiro (2002, p. 185) cita que de certa forma, a escarpa condiciona a forma e divide o núcleo matriz da cidade do Salvador em duas partes: Cidade Alta, onde funciona o centro administrativo, político e religioso, e estão as residências; e Cidade Baixa, ao nível do mar, que abriga a zona portuária e comercial. Adverte, inclusive, para a aplicação de um modelo do traçado português, que assim também dividiu outras cidades como Lisboa e o Porto.

Até final do século XIX, quando foi instalado o Elevador Lacerda, as ladeiras foram o principal meio de integração entre as cidades alta e baixa. Por ali passavam diariamente, mercadorias e produtos que abasteciam a cidade alta, lugar de residência de parte da população da cidade, ao passo que na cidade baixa se concentravam as atividades portuárias e comerciais. As ladeiras, portanto, enquanto espaços de sociabilidade, iriam simbólica e culturalmente se constituir como “locais de passagem”, territórios “neutros”, onde atividades marginais como o meretrício era tolerado. Era lá que malandros, prostitutas, proxenetas, enfim, transgressores da ordem social, se encontravam.

A ladeira da Conceição destaca-se como uma das mais antigas, construída por Filipe Guilhem em 1549, iniciava-se no sopé da montanha onde foi erguida a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, seguindo até a Praça do Palácio, hoje Praça Municipal. Revelou-se, porém, muito íngreme para o tráfego dos carros de boi, que passaram a circular pela ladeira da Preguiça, construída para este fim.

A ladeira da Misericórdia que tangenciava o fundo da Igreja e da Santa Casa de Misericórdia, provavelmente um dos caminhos mais antigos, fazia a ligação entre a área portuária e o centro cívico onde se localizava Senado da Câmara e a Casa dos Governadores (ALMEIDA, 2008).

Por fim, a ladeira da Montanha, inaugurada na administração do Barão Homem de Melo e aberta à circulação a partir de 1881, inicia-se nas proximidades da ladeira da Misericórdia para desembocar na Praça Castro Alves. Pela sua proximidade com o porto, firmou-se como zona de prostituição, ganhando notoriedade através dos livros de Jorge Amado.

A passagem abaixo, transcrita de um artigo publicado em fevereiro de 2015 na coluna Cidade do Jornal Tribuna da Bahia, impresso de circulação estadual, contribui para compreender a importância das ladeiras na configuração da escarpa, pelas características tão particulares da topografia desta cidade, capaz de gerar impactos urbanos, antropológicos, sociais, criativos e culturais sobre formação da cidade de Salvador.

A descrição dos mais diversos historiadores sobre o processo de ocupação da escarpa de Salvador está baseada, principalmente, na observação da iconografia da época. Para suas conclusões, utilizaram desenhos dos frontispícios, mapas e plantas que abrangem o período que vai do século XVII ao XX. No sobe e desce das ladeiras – artérias pulsantes do coração da soterópolis – e mesmo ressaltada sua importância histórica e contemporânea, a capital baiana traz na sua dinâmica interior graves problemas sociais e ambientais típicos de um espaço desigual na

periferia do capitalismo mundial. É possível, no entanto, identificar na Salvador do século XXI marcas, heranças e legados dos séculos passados convivendo com as novas formas e tecnologias produzidas pela sociedade contemporânea. **Mas as ladeiras permanecem fundamentais no cotidiano da Cidade da Bahia.**

2.2 Os processos de transformação da paisagem iconográfica

Vale salientar alguns acontecimentos que ocasionaram significativas alterações espaciais e viárias na cidade de Salvador, a partir do final do século XIX, com a implantação do sistema de transporte urbano sobre trilhos (bondes), com a modernização e eletrificação dos ascensores (possibilitando maiores conectividades nas circulações verticais urbanas) e a expansão da cidade sobre o mar com o aterro do comércio, potencializadas pela política higienista engendrada pelo então governador J.J. Seabra (1912-1916 / 1920-1924).

Nesse período, ocorreram demolições totais e/ou parciais de edificações, reformas de sobrados e casarões, abertura de novas vias, alargamento de ruas, modernização da área portuária, além da criação da Avenida Sete de Setembro. (CEAB-FAUFBA, 1998)

A região denominada de Bairro da Praia, atual Comércio, correspondente a uma estreita faixa de terra desde a fundação da cidade, sofreu pequenos e sucessivos aterros iniciados no século XVI, realizados por ordens religiosas, comerciantes e particulares motivados em ampliar áreas para estocagem, depósitos e armazenamento de mercadorias, processo esse acelerado no final do século XIX e, sobretudo, no século XX (CÂMARA, 1989). Tais transformações interferiram significativamente na configuração do espaço público e promoveram o desaparecimento de importantes construções.

A ocupação do grande aterro, principalmente o maior realizado em 1920, foi intensificado a partir de década de 1940, quando a Companhia Imobiliária da Bahia promoveu obras de infraestrutura urbana: calçamentos, arborização, jardins, instalações prediais, iluminação pública, redes de drenagem e esgoto do trecho contíguo à escarpa, possibilitando a construção de equipamentos e edifícios comerciais de gabarito elevado, transformando radicalmente a paisagem daquela localidade, através do processo de verticalização. (ANDRADE JÚNIOR, 2002)

A partir da década de 1970, com a expansão da cidade em direção ao setor norte/nordeste e com a criação do Centro Administrativo da Bahia, na Paralela, o centro econômico e político da cidade também foi deslocado, provocando uma decadência gradativa da região. Nessa época também surgiu o Shopping Center Iguatemi (maior centro comercial dessa modalidade inaugurado no país), a estação Rodoviária também foi transferida das imediações do Centro para esse novo eixo de crescimento e loteamentos residenciais foram construídos nos bairros da Pituba e do Itaigara. Na década de 1980, o centro tradicional da cidade já se encontrava esvaziado dos seus serviços originários, com parte dos seus imóveis desocupados, trabalhando com baixa

densidade de utilização.

Todo esse processo gerou um impacto na dinâmica urbana da região, interferindo nas relações que configuram a territorialidade do Centro Antigo, porém, os principais valores paisagísticos, inerentes ao frontispício, ainda constituem uma referência cultural de relevância na imagem da cidade de Salvador, traduzindo sua memória iconográfica, principalmente quando observado a partir da Baía de Todos os Santos. No entanto, veremos que, nas áreas lindeiras ao frontispício, estendendo-se entre a Ribeira e o porto da Barra, principalmente na região da Vitória, surgia um novo *skyline* para a cidade que assumia uma verticalização de empreendimentos imobiliários voltados para as classes mais altas e atividades turísticas espetacularizadas na região litorânea. Pode-se dizer que ocorreu uma desfiguração da costa do município (MOURAD; FIGUEIREDO; BALTRUSIS; 2014), além de gerar processos de segregação socioespacial e sociorracial bem evidentes.

Todavia, não se pode considerar que essa nova *skyline* no Corredor da Vitória “assine” a cidade, até porque trata-se de um desenho característico de metrópoles costeiras, diferente do que ocorre na zona do frontispício.

O conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do Centro Histórico foi tombado em 1959, com uma ampliação da área protegida em 1984 e declarado como patrimônio da UNESCO no mesmo período, no entanto, a região da chamada Cidade Baixa não apresenta restrições de legislação urbana que leve em consideração o casario existente na base da encosta, o que pode colocar em risco o frontispício da cidade.

Embora o conjunto arquitetônico original tenha sofrido reveses, ocasionados pelos sucessivos desabamentos e deslizamentos de terra que destruíram várias edificações ao longo dos dois últimos séculos, o frontispício, na sua morfologia original, mantém seu perfil praticamente inalterado. Alguns elementos, como o Elevador Lacerda, acrescentaram identidade e legibilidade ao lugar (LYNCH, 2010) tornando-o reconhecível em qualquer parte do mundo.

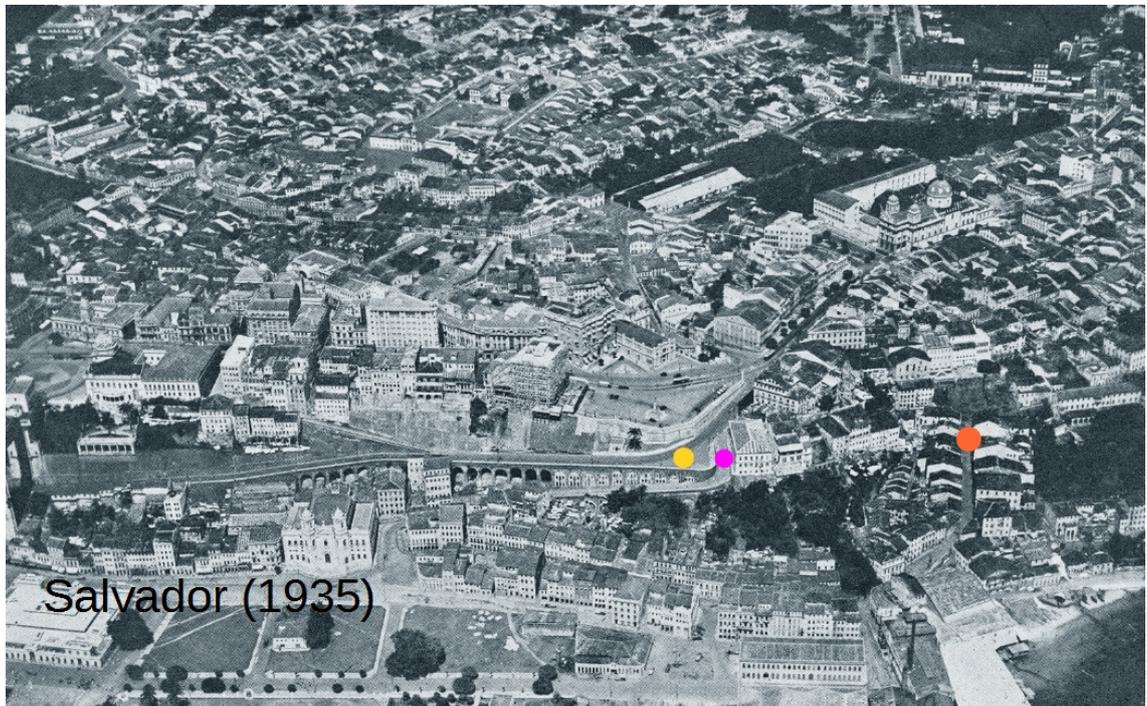


Figura 5: Frontispício da Cidade de Salvador (1935) com indicação das principais ladeiras.

Fonte: <http://www.bahia-turismo.com/salvador/antiga/aerea.html>

O mesmo não acontece no restante da *skyline*. Os acidentes que ocorreram ao longo do tempo revelam o caráter frágil e a vulnerabilidade desse conjunto. A topografia acidentada, aliada ao casario colonial fragilizado pelas intempéries, falta de manutenção e uso inadequado dos seus espaços foram decisivos para o desmantelamento dessa paisagem.

Este cenário, porém, não se compõe apenas de elementos urbanísticos previsíveis, mas é formado também por agrupamentos de casas e edificações irregulares que se equilibram por sobre as falhas da escarpa, desafiando a gravidade. Destacam-se aí as comunidades do Unhão e Gamboa de Baixo, além da ocupação dos arcos da muralha.

O núcleo original da cidade do Salvador prolongou-se pela costa continental, avançando em direção a península itapagipana ao norte, e ao sul acompanhou a falha geológica que se estende pela Av. Contorno até a Vitória e Ladeira da Barra, onde os arranha-céus e os teleféricos privados transfiguram e interferem radicalmente na espacialização da encosta, ou seja, na paisagem e no espaço público.

Ao longo da costa continental da BTS – Baía de Todos os Santos, a paisagem urbana chama atenção pelas dramáticas diferenças na sua composição. Do Bonfim, passando pela Ribeira até a península de Itapagipe, estende-se um conjunto arquitetônico com características vernaculares, pouca verticalização e edificações remanescentes do período (1891-1947) em que um patrimônio industrial significativo.

O Comércio, por sua vez detém a imagem do frontispício da cidade, cuja composição cenográfica foi alterada por sucessivos aterros que iriam ampliar a área edificável no sopé da falésia. Mediadas pelo verde exuberante que se estende pela encosta, duas linhas paralelas de construções se sobrepõem na Cidade Baixa.

Acompanhando o serpentear da falha geológica que se estende pela Av. Contorno, encontram-se as ocupações espontâneas do Unhão, próxima ao conjunto arquitetônico colonial de mesmo nome, e a comunidade da Gamboa de Baixo. Mais adiante começam a brotar das escarpas os edifícios residenciais de altíssimo luxo, assentados em um dos trechos mais cobiçados da cidade do Salvador, o corredor da Vitória.

Essa paisagem sintetiza na sua iconografia a formação da sociedade baiana ao longo dos séculos, permeada pela segregação e discriminação difundida por uma economia escravocrata. Assim, do Comércio até a península itapagipana distribuem-se habitantes das camadas mais populares. A Av. Contorno e imediações revelam-se como uma das áreas mais vulneráveis ao processo de gentrificação. Mudanças significativas na composição da paisagem urbana vêm tomando lugar nesses espaços; prédios de luxo substituem o casario até então predominante, ameaçando de expulsão uma população ali instalada a gerações.

3 | PATRIMONIALIZAÇÃO E VULNERABILIDADE

A partir da década de 1980, o conceito de tombamento ganha uma nova expressão. Com a intensificação de processos multiculturais e a organização ampliada de diversos movimentos sociais que começam a explodir no seio da sociedade urbana no período pós-ditadura militar, a UNESCO traz para o bojo da discussão os valores ligados a bens imateriais. Para além de sítios arquitetônicos ou monumentos isolados, as relações sociais, os acontecimentos, as manifestações culturais e a vida humana que se desenrola ao redor dos artefatos históricos, também devem ser preservados e relacionados às transformações do patrimônio. Segundo Fois-Braga (2010, p.191):

[...] a cultura objetivada que tombava patrimônios com significado linear, cedeu espaço à visão de uma cultura processual, em que os patrimônios estão constantemente reinventando seus significados, com seus valores simbólicos alterando-se e se re-articulando de acordo com os grupos que se posicionam perante a eles.

As relações de patrimonialização se estendem aos bens arquitetônicos, urbanísticos, artísticos, ambientais e culturais, evocando um novo imaginário sobre a paisagem. Com a expansão das novas formas de representações através dos tombamentos, o Estado busca um denominador comum para garantir as aparentes contradições das diversas memórias de grupos sociais, patrimônios artísticos e culturais, além de referências de preservação ambiental. Tais ampliações dos conceitos de cultura e de novas inserções patrimoniais abrem possibilidades de outros atrativos dentro dos destinos turísticos já consolidados e a estruturação de novos roteiros, construindo uma nova cartografia imaginária.

Com isso, surge uma nova modalidade de resignificar, de proteger e valorizar,

implementando disputas sobre territórios e regiões vistas como potenciais cartões postais. A costa litorânea, sobretudo as áreas centrais inseridas em centros históricos, corresponde a uma faixa mais do que estratégica e sedutora em sua conformação natural e morfológica e, portanto, interessante para ser vendida turisticamente, incluindo os especuladores imobiliários.

Conforme Fernandes (2006, p.51), “a mercantilização da vida urbana e da cidade é um fenômeno de longa duração e tem constituído, de diferentes formas, a sua história desde a chamada cidade antiga”. Nesse sentido, há uma atração de investimentos e deslocamentos turísticos cada vez mais intensos, agregando-se o valor da novidade, no entanto, configurando fragmentos de espaços segmentados e excludentes, dos quais patrimonialização e cenarização são partes constituintes (idem, p.57).

A memória urbana também se configura como um dispositivo, sendo capturada e utilizada a esmo em inúmeros processos contemporâneos. Ela, a memória, invade a arte, a política, os direitos humanos, numa espécie de fenomenologia do passado-presente. Esse processo foi iniciado na década de 1970, através de restauros historicizantes de antigos centros urbanos, da proliferação de cidades-museus e do comércio nostálgico inserido na criação de paraísos de entretenimento mundo afora, moldados pelas superfícies do simulacro. Isso resulta nos atuais modelos competitivos e internacionalizados de “renovação urbana”. As cidades são clonadas à guisa de uma duplicação patrimonial e do renascimento perpétuo do kitsch (JEUDY, 2005).



Figura 6: Arcos da Ladeira da Conceição da Praia.

Fonte: <https://www.facebook.com/artificesdaladeira?fref=ts>

No caso do frontispício, incluindo seus principais elementos paisagísticos e iconográficos, ele funciona como um cartão postal, sendo solidificado ao lhe impor um sentido de espetáculo. Ao mesmo tempo que a lógica da conservação patrimonial o eterniza no *skyline* da cidade, ele é atravessado pelas transformações cotidianas reveladas pelas práticas que pulsam no próprio fazer da cidade: vivências sociais, agentes, resistências, acontecimentos. Práticas essas invisibilizadas e que nem sempre são possíveis de serem lidas em sua configuração morfológica, como o

trabalho desenvolvido pelos artífices nos arcos Ladeira da Conceição da Praia (Figura 6).

Segundo Jeudy (idem, p.81), com as operações de urbanismo realizadas, os projetos de arquitetura concretizados se transformam, após um tempo relativamente curto, em expressões de uma urbanidade integrada. Esse poder de assimilação, todas as cidades detêm, sendo ele seu próprio enigma.

Em maio de 2015, mês de fortes chuvas sobre a cidade que, naquele período, causaram vítimas fatais nas Ladeiras da Montanha e da Preguiça, e em outras partes da cidade – o debate sobre o Centro Histórico ganhou amplitude popular (como movimentos sociais, moradores, comerciantes) e institucional (como entidades profissionais, universidades).

Uma série de desdobramentos sucederam a demolição de 06 casas na Ladeira da Montanha entre os dias 21 e 22 de maio daquele ano, realizada pela SUCOM (prefeitura) com a autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN-BA. No dia seguinte (23/05), mais 03 imóveis (ocupados por uma residência, uma marmoraria e um bordel) foram demolidos na Ladeira da Conceição, também pela SUCOM. As demolições dos imóveis, ocorreram depois que, no dia 20, um deslizamento de terra atingiu parte das casas na Ladeira da Montanha, causando a morte de Claudenice Gonçalves. Antes, no dia 18, o muro de um casarão desabou sobre duas casas na Ladeira da Preguiça, causando a morte de Oberdan dos Santos Barbosa (VALLADÃO, 2017, p.1)

As primeiras 06 casas demolidas, foram construídas entre as duas ladeiras (da Montanha e da Conceição), sendo que 03 delas tinham a fachada principal voltada para a Ladeira da Montanha. Todos estes imóveis estavam na área de proteção rigorosa definida na Lei Municipal N.º 3.289/83 e na área do Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico do Centro Histórico, tombado em julho de 1984 (Processo n.º 1.093/1983) pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e em 1984 pela UNESCO.

As tragédias sinalizaram para a urgência de discussões públicas sobre o patrimônio histórico da cidade e despertou uma consciência crítica do estado de vulnerabilidade que este se encontra. Ainda segundo Valladão (idem, p.2):

Os fatos de 2015 nos alertaram que, a ocupação das ladeiras e de outros espaços, formais ou não, organizados junto ao núcleo inicial da cidade, hoje Centro Histórico, por pessoas mais pobres com suas atividades, relações cotidianas e manifestações culturais, sempre se deu em condições de disputa, e esta disputa tem traçado espaços marcados entre aqueles que são, e que não são, melhores estruturadas por terem sido objeto dos planos governamentais de reformas, urbanização e expansão urbana da cidade. Mas o espaço tem também outras marcas de segregação que se fixaram e se reformularam através do tempo, traçadas também pelas regulamentações dos governos sobre o mesmo e que, historicamente, são voltadas para a manutenção de privilégios das elites a ele associada e que os constitui.

Este fato, aliado à divulgação que se intensificou nos últimos meses de projetos e investimentos, urbanos e arquitetônicos, no Centro Histórico de Salvador, empreendidos tanto pelo Governo como pela iniciativa privada, sem uma discussão ampla com a sociedade sobre o seu patrimônio público, sinalizam a importância das questões que este trabalho busca sinalizar.

O que é conhecido do programa arquitetônico e urbanístico destes projetos de intervenção apontam sinais contundentes para ampliação da segregação sociorracial que divide o Centro Histórico e a cidade de Salvador – perpetuando e incrementando esta segregação a cidade vem consolidando ao longo de sua história, seguindo um modelo desgastado urbanismo e arquitetura de modelos e referências externas que pautam ações realizadas dentro de uma política (estado/capital) que hoje tem o nome de planejamento estratégico.

Este é o tipo de planejamento que prioriza empreendimentos lucrativos ao mercado e às ambições políticas dos gestores em detrimento de uma identidade local construída historicamente, mas que não interessa além dos resíduos históricos (arte, música, dança, tradições religiosas) que deixam para posterior exploração pela indústria do turismo cultural como cenários mais assépticos que o contexto de pobreza que os gerou.

Tratam-se de ações que buscam criar cenários históricos de um patrimônio mundial para o turismo, sobre resíduos um patrimônio urbano e arquitetônico em decadência física e socioeconômica, ampliando a dependência de um modelo de intervenção que tem contribuído para a descaracterização da sua constituição histórica, com estetização de vias, passeios e cenários

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Incentivar propostas urbanísticas e arquitetônicas, em função do aproveitamento da infraestrutura existente, somado ao caráter paisagístico, cultural e ambiental de territórios inseridos em áreas centrais, é um mote emergencial e desafiador ainda a ser incorporado na produção de políticas e planos urbanos na cidade.

Paralelamente a tal problematização, o contexto trabalhado requer ser tencionado a partir de lógicas inclusivas, que leve em consideração os usuários e a sustentabilidade social do seu sítio histórico. A alma do lugar, segundo a arquiteta Lina Bo Bardi, é determinada pelas ações, pelas pessoas que circulam e habitam, pelas territorialidades e, fundamentalmente, pela diversidade de usos e ocupações.

A degradação dos imóveis dessa região invisibiliza e segrega os moradores de um lado e, do outro, o mercado imobiliário associado aos poderes públicos, investe em projetos de remoção. Essas áreas, mesmo vulneráveis, ainda não encontraram formas de dialogar com os princípios da Ecosofia – articulação ético-política entre os três registros ecológicos (meio ambiente, relações sociais e a subjetividade humana) e, assim, garantir a sua sobrevivência.

Uma pista, dentro do nosso campo de saber, no sentido de potencializar a urbanidade das áreas contíguas ao frontispício, deveria levar em consideração os interesses coletivos e a conectividade relacionada à acidentada topografia local, criando espaços públicos de encontro (praças, anfiteatro, centros culturais e mirantes), ampliação de vias para pedestres e ocupações destinadas a comércios e serviços, bem como a promoção de habitação de interesse social em áreas com boa infraestrutura e elevados graus de urbanidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eneida et al: **Território de contato**: ladeira da misericórdia, Salvador, Bahia. Edição 171 - Junho/2008. Disponível em < <http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/171/artigo91995-4.aspx>>. Acesso em:02/06/2018

ANDRADE JÚNIOR, Nivaldo Vieira de. **Projeto de Requalificação Urbana do Comércio em Salvador**. Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Salvador: FAUFBA, 2002.

AZEVEDO, Paulo Ormino D. de; LIMA, Vivian Lene R. Correia. **Inventário de proteção do acervo cultural**: monumentos do Município de Salvador / Bahia, v.I. Salvador: Editado em CD-ROM, IPAC/ Bahia, SIC – Governo do Estado da Bahia, 1975.

BAETA, Rodrigo Espinha CARDOSO, Luiz Antônio Fernandes. **O frontispício de Salvador e seu impacto na paisagem urbana da cidade no século XIX | XIII - SHCU | Tempos e Escalas da Cidade e do Urbanismo**. Projetos urbanos e formação da cidade oitocentista. Paranoá, Brasília, no 13, 2014, p.13-53. Disponível em <<http://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/12046/8431>>. Acesso em:04/06/2018

CÂMARA, Marcos Paraguassu de Arruda. **Conceição e Pilar**: freguesias seculares do centro econômico e do Porto de Salvador até o século XIX. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, com área de concentração em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Salvador, 1989.

CEAB-FAUFBA. **Evolução física de Salvador**. Salvador: Pallotti, 1998.

FERNANDES, Ana. **Cidades e cultura**: rompimento e promessa. In JACQUES, P. B. e JEUDY H. P. (org.) *Corpos e cenários urbanos*. Salvador: EDUFBA, 2006, p. 51-64.

FOIS-BRAGA, Humberto. **A construção da brasilidade**: as fases de patrimonialização e os modelos de turismo cultural no Brasil. In: XI Encontro Nacional de Turismo com Base Local, 2010, Niterói (RJ). *Turismo e Transdisciplinaridade: novos desafios*. Niterói (RJ): UFF, 2010. v. I. p. 182-200.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 1990.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX uma província no Império**. 2.ed. Tradução de Yedda de Macedo Soares. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MELLO, Márcia Maria Couto. **Salvador Multimágica**: a imagem do bairro do Comércio construída através de cartões-postais (1890-1950). Dissertação de Mestrado do PPGAU – Faculdade de Arquitetura/ UFBA. Salvador, 2004.

MOURAD, Laila, FIGUEIREDO, Glória Cecília, BALTRUSIS, Nelson. **Gentrificação no Bairro 2 de Julho, em Salvador**: modos, formas e conteúdos. Cadernos Metrôpoles, São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 437-460, nov 2014

PEÑA, Jorge Villota. **A imagem ambiental urbana do comércio no século XIX**. Dissertação de Mestrado do PPGAU – Faculdade de Arquitetura/ UFBA. Salvador, 1994.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia**: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). Salvador: EDUFBA, 2002.

RAHY, Izarosara Borges. **Cartografia e iconografia de Salvador do século XVII**: análise das produções portuguesa e holandesa. Dissertação de Mestrado do PPGAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / UFBA. Salvador, 2002.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP, 2000.

SANTOS, Paulo Ferreira. **Formação de cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

SIMAS FILHO, Américo. Evolução urbana da Cidade do Salvador de 1549 a 1800. Salvador: **Separata da Revista de Cultura da Bahia** n.14 / CEAB – Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1982.

_____. (coord.). **Evolução física de Salvador**. Salvador: Fundação Gregório de Mattos / CEAB – UFBA, circulação restrita, 1998.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 10.ed. São Paulo: EDUSP, EDUFBA, 2001.

TRINCHÃO, Gláucia Maria Costa. **O ‘parafuso’**: de meio de transporte a cartão-postal. Dissertação de Mestrado do PPGAU – Faculdade de Arquitetura / UFBA. Salvador, 1999.

Valladão, Solange. Portal de Santa Luzia. Uma alegoria para a relação entre segregação social e as formas de fazer cidade e urbanismo no Centro Histórico de Salvador / Solange Valladão. 2017, 120f.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia do século XVIII**. Salvador: Ed. Itapuã, 1969, v.2.

SOBRE A ORGANIZADORA

Bianca Camargo Martins - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Especialista em Arquitetura e Design de Interiores pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Mestranda em Planejamento e Governança Pública pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, onde desenvolve uma pesquisa sobre a viabilidade da implantação de habitação de interesse social na área central do Município de Ponta Grossa – PR. Há mais de cinco anos atua na área de planejamento urbano. É membra fundadora da Associação de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural (APPAC). Atualmente é docente da Unicesumar, onde é responsável pelas disciplinas de urbanismo, desenho urbano e ateliê de projeto.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-265-4

